

Relatos de pais enlutados: a dor posta em discurso

Tatiana Piccardi

Doutora em Letras pela USP (São Paulo, Brasil). Pesquisadora colaboradora no Departamento de Linguística/IEL/UNICAMP (Campinas, Brasil). e-mail: tpiccardi@gmail.com

Resumo: O texto analisa relatos de pais enlutados e os processos de (re)construção da subjetividade em discurso, após a vivência da morte do filho. Observa-se que o ato de narrar a morte e o morrer do filho pode ser considerado ato de fala com força ilocucionária de caráter “curativo”, na medida em que, pelo narrar, o sujeito reconstrói o sentido da vida e coopera na (re)construção do sentido da vida de outros pais enlutados com quem dialoga.

Palavras-chave: ato de fala ilocucionário – discurso – dor – luto – subjetividade.

1. Introdução

Um dito de autor por mim desconhecido nos diz: “Quando os fios que tecem nossas vidas são violentamente rompidos, somente as mãos do tempo podem cerzir as malhas rasgadas. É preciso dar tempo ao tempo”. Eu diria, complementarmente: é preciso dar espaço ao narrar...

Este trabalho propõe-se a estimular reflexões sobre os sentidos da dor posta em discurso por meio da observação da prática linguística em um contexto bastante específico: encontros de pais enlutados. Optei por selecionar dois desses encontros e analisar as pequenas narrativas aí construídas. A abordagem teórica de fundo é a pragmática que se origina em Austin (1975). Para explicar alguns movimentos dessas narrativas, aproprio-me de alguns conceitos de Lacan, conforme elaborados por Žižek (2006), e por mim ajustados.

2. Relatos de pais enlutados: a dor posta em discurso

A cada dois meses aproximadamente um grupo de cerca de vinte mães e um pai enlutados se reúne para conversar sobre a vivência que tiveram, sobre os sentimentos que os monopolizam – de vários tipos, em meio à dor comum – e sobre as formas que cada um deles encontra de sobreviver à dor da perda do filho. O grupo¹ surgiu com o objetivo de ser um espaço de expressão para esses pais, que de outra forma não teriam

¹ O grupo denomina-se Núcleo Marcela Costa Baptista de Apoio a Pais Enlutados. Existe há três anos, por iniciativa da AHPAS – Associação Helena Piccardi de Andrade Silva, entidade de apoio a crianças e adolescentes com câncer, sem fins lucrativos e de interesse público, que viu por bem estender a assistência às mães e pais dos jovens terminais atendidos. O grupo é composto por pessoas de níveis sociais diversos, de diferentes regiões do país, de idades e crenças variadas. Predominam as mulheres (mães enlutadas) por razões várias, em especial razões relacionadas a coerções sociais que inibem os homens de buscar a vazão explicitada e compartilhada de sua dor. O trabalho do Núcleo começou por volta de 2002 e ganhou corpo a partir de 2005, com a sistematização, registro e planejamento das atividades.

onde, nem como, “colocar para fora” seus sentimentos. Observa-se que, independentemente do extrato social, os pais enlutados não encontram espaço de expressão em meio a familiares e amigos, que se calam ou mudam de assunto a cada tentativa desses pais de manifestarem sua dor, seja através de palavras, seja através do choro ou outra manifestação física da dor.

O grupo, embora tendo em sua coordenação uma psicóloga especializada em luto², não tem fins terapêuticos, portanto não substitui a necessidade de atendimento psicológico que alguns desses pais possam vir a ter. Da mesma forma, não substitui práticas religiosas que supram as necessidades espirituais advindas da perda. Sem caráter terapêutico, nem tampouco religioso, sobressai-se o caráter simbólico do trabalho. O conjunto de relatos nada mais é do que uma forma de re-significar o evento mais traumático da vida de cada um dos participantes. Nesse sentido, as falas individuais constituem-se como narrativas de vida e morte, que se costumam às narrativas de vida e morte dos demais membros do grupo, e que emergem entrelaçadas como uma grande tentativa de transformar a dor em caminhos de “superação”.

Das falas individuais enunciadas em encontro ocorrido em fevereiro de 2007 e de outro, ocorrido em abril de 2008, selecionei trechos que formam o breve corpus deste artigo³. Os nomes das mães, pai e dos filhos são fictícios e as idades aproximadas. O espaço de um ano entre um encontro e outro foi considerado útil para mostrar a mudança de foco que houve em alguns relatos, mudança que atesta os avanços e recuos das fases do luto e suas diferentes formas de discursivização.

Mariana, 25 anos, auxiliar de escritório, perdeu sua filha Tânia há meio ano, vítima de câncer, quando a pequena completava oito anos. Diz Mariana, emocionada, referindo-se ao seu apego material com objetos que lembram a filha:

Meu marido me irrita, me irrita porque ele não entende que eu preciso colocar fotos da Tânia pela casa toda, é a forma de lembrá-la, assim ela está sempre comigo. Quero que suas fotos e também suas coisas fiquem comigo, porque assim ela está comigo também. Tenho dificuldade de dar as roupas e os brinquedos de Taninha. Me apeguei muito. Eles são parte dela, não quero dar...

Gertrudes, 42 anos, dona de casa, muito pobre e com muito pouca escolarização, separou-se do marido em função dos problemas de relacionamento que se potencializaram com a doença do filho de quatro anos, falecido também com câncer, havia dois meses. Gertrudes conta o momento do óbito, com lágrimas nos olhos e a voz embargada:

Vitor estava deitado na caminha, muito fraquinho. A gente tinha voltado do hospital depois que a médica disse que era melhor ele ficar em casa, no cantinho dele, e era tudo o que o Vitor queria mesmo... Mas eu fiquei com medo de tirar ele do hospital porque se ele morresse no caminho eu não ia saber o que fazer, sozinha com ele... Mas no fim aconteceu diferente. Pude colocar o Vitor na sua cama, então, como dizia, foi quando ele me chamou e disse que estava vendo um homem na parede e que ele era bom, não dava medo. Me pediu para olhar só que eu não via nada. Vitor estava tão tranquilo, parecia que o sofrimento tinha acabado. Eu fiquei com ele nos meus braços na cama, tentando ver o tal homem. Foi quando o pai dele chegou, esse homem que nunca me deu apoio, nem ao filho... chegou na hora de ver o filho morrer...

² As demais coordenadoras (três) são mães que perderam filhos há mais de oito anos.

³ O registro das falas por meio magnético foi descartado, pois o gravador inibe a expressão. Assim, as falas foram registradas por escrito. A simultaneidade de vozes muitas vezes comprometeu a transcrição fiel, de modo que trechos perdidos foram recuperados tendo-se em vista a coerência geral da cena enunciativa.

Danuzia, dona de casa, perdeu seu filho, Tadeu, de doze anos, havia um mês. Tem cerca de 37 anos, está casada há vinte, tem outros filhos, mais velhos. Seu casamento não se abalou com a doença (câncer) e morte do pequeno Tadeu. Ao contrário da maior parte dos casos relatados pelas assistentes sociais de hospitais que atendem a população pobre, pelo sistema único de saúde (SUS), seu marido não abandonou a casa nem se entregou à bebida.

Tadeu nunca me deu trabalho. Era forte e tranquilo, carinhoso, foram anos lutando contra a doença e ele não se abalava. Tadeu me faz falta, mas não me sinto triste, porque meu filho foi um lutador. Tenho meus meninos mais velhos pra cuidar, isso me ajuda. Tenho meu marido e acho que agora precisamos ir em frente.

Beatriz (45), dona de casa, chorou muito ao contar sobre Edson, seu filho de 23 anos, morto com câncer após meses de luta. Suas saudades são amenizadas pelo cheiro de seu filho que impregna sua casinha humilde:

Sinto a presença de meu filho em casa, todos os dias. Seu cheiro está em todo lugar. Sinto às vezes um perfume mais forte, o perfume que ele usava, que aparece em casa sem nenhuma explicação, forte, sei que é o Edson que está presente e vem me consolar. Entro na cozinha, sinto o perfume, vou até a sala, sinto o perfume. Ele me acompanha e me ajuda a matar a enorme saudade que sinto do meu filho...

Sua fala é interrompida pela fala do casal, já idoso, Roberto e Eliana (ambos com mais de 80 anos), que perdeu duas filhas em situações distintas, uma com 25 e outra com 43 anos. Diz Roberto (o único homem do grupo):

Muitas vezes chegamos em casa e sentimos um perfume de rosas, um maravilhoso perfume de rosas... Só que não temos roseiras em casa, não há como explicar o perfume que sentimos. Sabemos que nossas filhas estão próximas, elas nos fazem sentir esse perfume, é o sinal de que estão vivas, de alguma forma, e esse perfume é o sinal que mandam para nos dizer isso, que estão vivas, e que estamos próximos, muito mais próximos do que se pode pensar...

Todas as mães e o pai presentes na reunião relatam sua dificuldade principal: a falta de ouvintes para suas histórias, para as histórias de vida e morte de seus filhos. Reclamam que a vida segue, em pouco tempo as pessoas se esquecem dessas crianças que se foram, e os pais ficam sós, sem ter com quem falar, sem ter quem ouça as histórias inesquecíveis que constituem a vida de cada filho morto. Todos sentem que fotos e objetos são a lembrança imediata, todos se apegam a eles porque é difícil compreender a irremediável separação física. Assim tais objetos consolam e revigoram, ao encarnarem uma presença física ainda necessária para que a vida faça sentido em seu aspecto mais imediato: o da necessidade de sobrevivência subsequente à perda. Por outro lado (e isto relatam os pais que vivem o luto há mais tempo), os perfumes que surgem sem explicação, ou mesmo sons inesperados, que podem ser um canto de pássaro, uma música especial, são todos sinais de que para além da morte inexplicável há vida, a vida de seus filhos que pulsa em outro nível e que envia sinais de sua espetacular existência.

De uma forma ou de outra, os relatos que incorporam experiências diretas e indiretas que atestam uma vida após a morte são o eixo da narratividade que os entrelaça. Seja por meio de metáforas sinestésicas, seja por meio de imagens de seres de outras existências habitando as experiências de pré-morte e morte, seja pela construção de imagens que descrevem o apego inicial a objetos materiais que fazem a ponte entre uma

existência física e outra, não-física, todos os relatos caminham na direção da re-significação do sentido da vida por meio do que chamo provisoriamente de metáforas metafísicas sobre a morte e o morrer.

Telma, 47 anos, cuja filha Elena faleceu com câncer aos cinco anos, contou o sonho que teve meses após a morte:

Foi tudo muito real. Elena estava no meu colo e eu podia sentir sua pele, seu cabelo, até seu hálito e o cheiro de seus cabelos. Eu podia acariciar e beijar, era como se Elena estivesse viva! Acordei de repente, demorei pra perceber que eu tinha sonhado... Não me importei quando vi que tinha sido um sonho, porque eu estava me sentindo tão bem! Parecia que meu coração ia explodir de alegria, porque eu tinha sentido minha filha, eu então soube que ela estava bem e quis que eu soubesse disso...

Sonhos com os filhos também são recorrentemente relatados e apreendidos como experiências de contato “real”. Tal qual o apego aos objetos da criança morta, que funciona como espécie de elo entre esta vida e a “outra”, o sonho também aparece como representação desse elo, ainda com mais intensidade, devido à força da história vivida em sonho. O sonho apresenta-se como a narrativa dentro da narrativa. Relatá-lo acrescenta elementos valiosos à experiência de re-significação pela palavra.

Hilda (53), dona de casa de classe média, relatou sua experiência de isolamento após a morte da filha, aos vinte anos, em acidente de carro. Não aceitou o apoio do marido, considerando-o insensível por se preocupar mais com ela (Hilda) do que com a filha morta. Findo o luto, após mais de sete anos, Hilda compreendeu que, ao se opor ao marido, pôde cultivar a memória da filha com mais intensidade, e assim construiu a “história” que precisava construir para resistir à dor dos primeiros anos:

Ele não me deixava ficar sozinha em casa. Eu, deprimida, só queria ficar na cama. Ele me arrastava ao escritório dele e lá me punha numa mesa numa sala isolada, onde eu fingia que fazia cálculos, mas apenas aproveitava o isolamento para chorar. Ele me deixava chorar, sabia que eu estava chorando, e eu o odiava porque eu achava que ele não respeitava minha dor, não me dava o tempo que eu precisava, enquanto isso eu sobrevivia...

A dita insensibilidade do marido aparece no discurso de Hilda com a força de um objeto material pertencente ao filho morto, ou com a força do sonho em que é permitido tocar no filho falecido, servindo de ponte entre vida e morte e de substância para o lidar com o luto nos anos iniciais.

No encontro ocorrido em abril de 2008, surgem pela primeira vez relatos que trazem em sua superfície discursiva as marcas do que chamo provisoriamente de concretude da morte e do morrer.

Jacira, 40 anos, dona de casa, perdeu seu filho Luiz, de quatro anos, de maneira súbita. Um erro na medicação contra dor de barriga num posto de saúde próximo à sua casa desencadeou a morte da criança. De luto há três anos, Jacira vive um momento crítico. Tem tido sonhos recorrentes, assustadores, em que a imagem do filho morto e imagens do caixão, túmulo, cemitério, velas se misturam e a aterrorizam, fazendo-a acordar à noite. Jacira tem medo da hora de dormir. Durante o dia, chora muito e não aceita ajuda do marido e dos demais filhos.

Eu tenho medo de dormir. Eu vejo Luiz morto, isso me apavora, é tão real, ele está lá, eu não posso acordá-lo, é terrível, terrível, eu pensei que eu estava melhorando,

que eu estava indo bem, mas agora tenho muito medo, ele está morto, bem na minha frente, e não há nada que eu possa fazer...

Heloísa, 38 anos, dona de casa, perdeu há cerca de dois anos a pequena Luíza, com apenas um ano e meio de idade, vítima de um tipo de câncer que transfigurou a criança, tornando-a irreconhecível. Luíza foi cremada. Nos últimos meses, tem tido problemas com o marido, que não aceita o fato de Heloísa ter escondido a urna onde guarda os restos mortais de Luíza. Segundo ele, Heloísa o priva de cultuar os restos da menina. Segundo ela, tal culto é desnecessário, pois Luíza não está lá de fato. Ainda assim, Heloísa não se desfaz das cinzas e chama a urna de “urninha”, numa aparente relação com “bercinho”.

Eu digo a ele que a urninha tem que ficar guardada. As cinzas que estão lá não são a Luíza, são só cinzas, guardadas numa urninha. Quero que ele a deixe em paz.

Tanto no caso de Jacira, como no caso de Heloísa, escolhas lexicais como caixão, túmulo, cinzas, restos mortais, urna funerária, se sobressaem. Embora as situações relatadas sejam distintas, em ambas as narrativas a concretude da morte e do morrer é explicitada lingüisticamente por uma terminologia que carrega todo o peso e a morbidez próprios ao fato inexorável que é a destruição do corpo físico. Admitir que o corpo físico do filho é destruído por um remédio errado, pela doença que transfigura e degenera, pelos vermes da terra, pelo fogo do crematório, é admitir a mais inaceitável das possibilidades: a de que a separação é definitiva e de que para este fato não há, no nível do que pode ser denotado, nenhuma explicação. Apenas imagens que confundem e atemorizam.

Um outro tipo de metáfora, assim, vem ocupar o lugar das metáforas metafísicas, estas últimas fundamentais para realizar um desligamento menos traumático entre mãe e filho. Trata-se de metáforas que remetem ao mundo físico, material, que trazem à superfície discursiva a constatação dramática da degeneração do corpo. Aparentemente essas metáforas são fundamentais em etapas posteriores do luto, quando se está prestes a dar o passo final do processo: a aceitação da morte do corpo físico.

Foi ouvido apenas um relato que vai nessa direção, de Patrícia, 48 anos, mãe de Amanda, que faleceu com câncer aos cinco anos:

Não me importa se minha filha está no paraíso, ou se está para reencarnar, ou se a verei após minha morte. Não me importa se não há mais nada de seu corpo embaixo da terra, um dente, um fio de cabelo, ela está sempre comigo a ponto de eu não precisar me lembrar dela para saber que ela está comigo.

Interessa observar que os relatos que trazem à superfície discursiva as marcas da concretude da morte e do morrer são ainda menos absorvidos socialmente do que aqueles que se constroem via metáforas metafísicas. A crueza deste tipo de relato impede sua circulação entre falantes em situações cotidianas. Trata-se de relatos-tabu.

3. Construção de uma história comum

Arrisco dizer, como diria Lacan, conforme interpretação de Žižek (2006:14), que o Real para os pais enlutados “persiste como uma dimensão eterna de falta, e toda construção simbólico-imaginária existe como uma certa resposta histórica a essa falta básica”. A falta básica é vivida por esses pais de forma absolutamente dramática: pela vivência traumática e desoladora da perda do filho. E a construção simbólico-

imaginária que desponta como resposta surge sob a forma dos relatos, do tipo exposto acima. Escapar ao Real horrendo significa construir histórias de vida após a morte, de contato físico com os mortos e de sensações permanentes, nesta vida, que indicam a presença da outra.

A interpretação de Zizek sobre a teoria do Real de Lacan consiste em considerar que a tríade lacaniana formada por Real, Simbólico e Imaginário é mapeada ou projetada no Real em si. Dessa forma, o Real deixa de ser o lugar da impossibilidade, ou “o Outro traumático a quem nunca se pode responder adequadamente”, para ser o lugar de enfrentamento dessa impossibilidade por meio do simbólico e do imaginário. Essa perspectiva psicológica contempla parte do que vemos acontecer nos relatos dos pais enlutados. Explicarei um pouco mais a proposta de Zizek para então prosseguir.

Para o autor, o Real formula-se em três níveis: Real real, Real imaginário e Real simbólico. Segundo suas palavras, o Real real seria a Coisa horrenda, o abismo, o monstro. A morte, então, seria o Real real em si mesmo, a Coisa horrenda em seu ápice. O Real simbólico consistiria no conjunto de fórmulas que simplesmente funcionam. Trata-se de um Real que não conseguimos integrar ao nosso horizonte de significação, o dizer que não se integra ao âmbito maior da experiência, e que permanece sem sentido. Podemos ver aí todos os chavões sociais utilizados nos discursos triviais sobre morte, em situações sociais chave, como, por exemplo, velórios e enterros, quando se ouvem fórmulas tais como: “foi melhor assim, estava sofrendo muito”; “agora ele descansou”; “renascerá para uma nova vida”. Aproprio-me de Zizek que afirma, embora em outro contexto, que a operação ideológica suprema é a elevação de algo à condição de impossibilidade como meio de adiar ou evitar o encontro com a Coisa. Acredito que as fórmulas do Real simbólico são exemplos de operação ideológica efetiva, pois buscam sistematicamente o escamoteamento da dor e do confronto com a morte, elevando o enfrentamento da dor e o confronto com a crueldade da morte à condição de impossibilidade. O tabu social persistente, que inibe que se fale sobre filhos mortos e que se pergunte sobre eles, funciona também dentro da esfera do Real simbólico, como operação necessária ao afastamento da Coisa horrenda.

O Real imaginário, por sua vez, designa “não a ilusão do Real, mas o Real da própria ilusão” (p. 87). É nesse aspecto da tríade que se encaixam os relatos dos pais enlutados. As narrativas de vida e morte dos filhos que se foram constroem um novo Real, a partir da ilusão. Ao narrarem, esses pais, que foram traumáticamente advertidos de que o Real real de fato acontece ao terem de enfrentar a perda do filho, entram na esfera do Real imaginário e reconstroem o sentido de suas vidas através do enfrentamento da impossibilidade. A Coisa horrenda foi vista e sentida, só será afastada para que a vida regular tome seu curso após a elaboração da perda no nível do imaginário, que tece os fios que reposicionam esses pais na esfera da trivialidade que mascara o buraco negro do Real. Quando isto é finalmente feito, termina o luto.

Tanto as metáforas metafísicas como as metáforas físicas (de acordo com terminologia provisoriamente adotada) são materializações discursivas que se dão no nível do Real imaginário e fazem parte do processo de (re)construção da subjetividade e do sentido da vida via explicitação da dor em discurso. As metáforas físicas que simbolizam a concretude da morte e do morrer, discursivizadas muitas vezes como crua descrição de um corpo que degenera e do contexto em que isso ocorre, representam a metáfora em sua forma menos óbvia e, portanto, a que mais “gruda” na realidade e causa o impacto da explicitação das grandes “verdades”.

4. A (re)construção da subjetividade

No nível do Real imaginário dá-se, a meu ver, e nesse contexto específico, o processo de (re)construção da subjetividade e do sentido da vida. Arrisco dizer que, ao narrar, os pais enlutados efetivamente vivem o luto, em todas as suas etapas, até seu término, o que significa que atribuo um caráter ilocucionário específico à ação de narrar

nessa situação. Para que se compreenda o que significa essa atribuição, retomo brevemente o cerne da teoria dos atos de fala de Austin (1975), que entende o ato de enunciar como ação que se constitui de três atos simultâneos e complementares, assim classificados: ato de fala locucionário, ato de fala ilocucionário e ato de fala perlocucionário.

Locucionário é o ato mesmo de formular o enunciado, para o que o falante utiliza os recursos da língua de que dispõe. É o ato de atualizar (pôr em funcionamento em situação concreta) o sistema lingüístico. Ilocucionário é o ato da comunicação em si, que implica o fazer algo ao enunciar, que pode ser um pedido, uma ordem, uma promessa, distinguindo-se assim o ato ilocucionário do significado do enunciado em si mesmo. Por exemplo, o enunciado “que calor faz aqui!”, em dado contexto, pode significar: “por favor, abram a janela!”. Esse significado, que muitos consideram equivocadamente como acrescentado, é o ato ilocucionário, e a finalidade específica que lhe é constitutiva no ato da enunciação (pedido, ordem, promessa, etc.) é o que Austin denomina força ilocucionária. Não se trata de acréscimo, pois o ato ilocucionário é inseparável do ato locucionário. Repetindo-se o contexto adequado, “que calor faz aqui!” continuará significando “por favor, abram a janela”. Perlocucionário, por sua vez, é o efeito do enunciado no interlocutor, que pode ser previsto pelo falante ou não. A imprevisibilidade dos efeitos da fala projeta o discurso para o novo, para o não-convencional.

Dessa forma, o narrar a perda do filho significa não apenas o conteúdo locucionário do ato, ou seja, a “história” narrada em si mesma, mas o que a narrativa faz no instante mesmo em que é enunciada. Esse fazer é, a meu ver, a força ilocucionária de caráter curativo desse tipo específico de ato de fala. Narrar a perda do filho por morte, mais do que compartilhá-la, provocando reações mais ou menos palpáveis, mais ou menos circunscritas ao contexto específico da fala, transforma o enunciador no instante mesmo da sua enunciação.

Da mesma forma, o silêncio que ronda os pais enlutados e que os força a calar a dor também possui um tipo específico de força ilocucionária: trata-se do silenciar que, no instante mesmo em que enuncia o silêncio, cala o outro.

Langton (1993), analisando a força do silêncio como ato ilocucionário, embora em um contexto de análise bastante diferente, nos diz:

If you are powerful, you sometimes have the ability to silence the speech of the powerless. One way might be to stop the powerless from speaking at all. Gag them, threaten them, condemn them to solitary confinement. But there is another, less dramatic but equally effective, way. Let them speak. Let them say whatever they like to whomever they like, but stop that speech from counting as an action. More precisely, stop it from counting as the action it was intended to be. That is the kind of silencing I will consider, and it is the kind of silencing about which Austin had something to say, without commenting on its political significance.² (p. 299)

Vejo no silêncio social que torna tabu a fala sobre filhos mortos a força do poder que cala. É o poder daqueles que se sentem mais fortes porque têm pena dos que têm seus filhos mortos. Ter pena do outro é a mais elementar demonstração de poder, e poucas vezes é levada em conta como tal. Os pais e mães enlutados assumem a qualidade de mais fracos nessa estranha balança, pois estão frágeis, ameaçados, ainda, pelo

² Se você é poderoso, você às vezes tem a habilidade de silenciar a fala dos menos poderosos. Uma maneira pode ser simplesmente calar os que não têm poder. Amordace-os, ameace-os, condene-os ao confinamento solitário. Mas há outra, menos dramática, mas igualmente eficiente. Deixe-os falar. Deixe-os dizer o que quiserem, para quem quiserem, mas faça com que suas falas não contem como ação. Mais precisamente, faça com que não contem como a ação que pretendiam ser. Este é o tipo de silenciamento que vou considerar, e é o tipo de silenciamento sobre o qual Austin teve algo a dizer, sem comentar sobre sua significância política. (minha tradução).

Real real, condenados a chorar sozinhos e a enunciar a sós, e em silêncio, a narrativa curativa.

Mas existe a possibilidade de falar para iguais, de enunciar para outros pais e mães que perderam filhos, como é o que ocorre nas reuniões do Núcleo de Apoio a Pais Enlutados. Suas falas são permitidas e estimuladas pelo grupo. Aos poucos se tornam percebidas, pelos próprios participantes, como atos com força ilocucionária de caráter autotransformador, o que não ocorre com os sujeitos de fora do grupo, que entendem tais enunciados, muitas vezes, como atividade “masoquista”, “exposição desnecessária da dor”, ou ainda como “ato de grande coragem”, “coisa de gente forte”, etc, expressões que não se antagonizam necessariamente, mas cristalizam a posição do sujeito que não vive a dor da perda, e finge que não a viveu nem viverá, a fim de afugentar o Real real. Esta posição discursiva dominante corresponde à visão social ocidental estabelecida sobre a morte e o morrer, em especial sobre a morte e o morrer do filho.

Os relatos dos pais enlutados nos lembram que a morte e o morrer nos constituem. O Real real está lá e não se pode negá-lo ou minimizá-lo, exceto por construções discursivas no âmbito do Real simbólico.

Da perspectiva da construção da identidade, que implica compreender-se como parte de um grupo social, os pais enlutados se constituem como grupo à parte e mal absorvido pelo conjunto da sociedade. Ainda assim, é a partir dessa experiência no grupo que a (re)construção da subjetividade e do sentido da vida se torna possível, ou facilitada, na medida em que sujeito se pergunta: “o que eu era, o que fazia, como eu vivia antes de ter sido tomado por esta dor?”. Simultaneamente, na direção do futuro (do término, mais ou menos distante, do luto), o sujeito se pergunta: “e agora, o que sou? O que resta de mim e no que me transformo?”. Nesse caminho encontram-se os elementos para a (re)construção da subjetividade e do sentido da vida.

5. Considerações finais

A análise dos relatos de pais enlutados aqui proposta faz-nos compreender que suas narrativas são parte de um processo autotransformador e “curativo” no caminho da (re)construção da subjetividade e do sentido da vida. Considero tais narrativas como atos de fala, cuja força ilocucionária transforma o falante no instante mesmo de sua enunciação e interfere no contexto em que se dá tal enunciação. Se a enunciação dá-se em situações do cotidiano, o efeito é de desestabilização e silenciamento. Se a enunciação dá-se no grupo de pais enlutados, o efeito parece ser o de re-estabilizar subjetividades.

Da mesma forma, a análise ora empreendida nos faz observar algo muito importante no que se refere aos processos de silenciamento e exclusão de grupos sociais. Noto que tais processos não são necessariamente processos vinculados ao âmbito da economia, ou do poder econômico, como em geral se supõe. Da mesma forma, processos de exclusão não são necessariamente processos vinculados a questões correlatas ao poder econômico, como os diferentes tipos de discriminação: cultural, racial, religiosa, de gênero, ou mesmo de faixa etária. Tais processos podem se dar à revelia das questões econômicas e afins ou podem apenas tangenciá-las. O que, a meu ver, subjaz aos movimentos de exclusão dos pais enlutados e de suas narrativas (e também de auto-exclusão a que alguns pais se submetem, e de que não trato aqui) é a necessidade de fugir da Coisa horrenda, ou, em outras palavras, da percepção de algo que é pressentido/intuído como um inescapável buraco negro presente no horizonte de cada um de nós.

Referências bibliográficas

AUSTIN, John Langshaw. *How to do things with words*. 2 ed. Cambridge/Massachusetts: Harvard University Press, 1975.

BUTLER, Judith. *Precarious life: the powers of mourning and violence*. London/New York: Verso, 2004.

_____. *Excitable speech: a politics of the performative*. New York: Routledge, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 19 ed. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

_____. *A ordem do discurso*. Trad. Laura F. de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

KÜBLER-ROSS, Elisabeth. *Sobre a morte e o morrer*. 2 ed. Trad. Paulo Menezes. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LANGTON, Rae. Speech acts and unspeakable acts, in: *Philosophy and Public Affairs*, vol. 22, no. 4: 293-330, 1993.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Knowledge about language and emotion, in: Cenoz & Hornberger (eds.). *Encyclopedia of Language and Education*. 2 ed, vol. 6 , 2008.

ZIZEK, Slavoj & DALY, Glyn. *Arriscar o impossível: conversas com Zizek*. Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2006.